

Ministério das Cidades anuncia contratações de 650 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida



Foto: Divulgação Ministério das Cidades

O ministro das Cidades, Alexandre Baldy, e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Moreira Franco, anunciaram nesta quinta-feira (08/02), durante entrevista coletiva à imprensa, novas contratações para o Programa Minha Casa, Minha Vida. De acordo com o anúncio, estão previstas as contratações de 650 mil novas unidades, sendo 130 mil da Faixa 1 (contendo as contratações da modalidade Entidades e do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR), 70 mil unidades para a Faixa 1,5, 400 mil para a Faixa 2 e 50 mil novas moradias para a Faixa 3. A previsão é de que sejam investidos R\$ 9,7 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU) e R\$ 63 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo

de Serviço (FGTS).

O anúncio, segundo Baldy, busca atingir uma meta ousada, porém possível, em consonância com a postura do Governo Federal de recuperação da economia brasileira. “Sob o aspecto do Programa Agora, É Avançar, temos para 2018 uma meta de retomadas e de novas construções totalmente ousadas. Acreditamos que a construção civil gera muitos empregos, e impulsiona a economia. Desejamos que todas as articulações do governo consigam recuperar a economia, e dessa maneira vamos promover essa articulação com o Programa Minha Casa, Minha Vida.”

Mais informações no CBIC Mais desta sexta-feira.

(Com informações da Ascom do Ministério das Cidades)



Planos
desenhados
de acordo com
as necessidades
das construtoras
e incorporações.



PASI

Convênio
CBIC
Núcleo de Seguros

CLIQUE AQUI
E SOLICITE UMA PROPOSTA

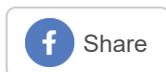


Construção civil abre diálogo com o TCU para avaliar aperfeiçoamento das fiscalizações



Foto: Divulgação

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, esteve hoje com o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, e desencadeou diálogo institucional para abordar aspectos técnicos que podem fomentar uma melhoria nos procedimentos de fiscalização realizados pelo tribunal. O objetivo da entidade é repetir a exitosa parceria com o tribunal em 2014, que culminou na publicação de uma cartilha sobre a contratação de obras públicas, assentando o entendimento do TCU sobre as melhores práticas. O documento é referência para empresários do setor. Além de Martins, a delegação da CBIC contou com o advogado e consultor da CBIC, Fernando Vernalha; João Geraldo de Souza Maia, representante do Sinduscon-GO; e a engenheira Denise Soares, gestora dos projetos da Comissão de infraestrutura (COP) da CBIC. Também participaram do encontro, Luis Afonso Gomes Vieira e Cláudio Sarion Altounian, assessores do ministro. Os assuntos tratados na reunião tem interface com o projeto “Melhoria da Competitividade e Ampliação de Mercado na Infraestrutura”, iniciativa da CBIC e do Senai Nacional.



Sinapi registra alta de 0,27% em janeiro



Foto: Beth Santos - Secretaria da PR

O Índice Nacional da Construção (Sinapi), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subiu 0,09% e chegou a 0,27% em janeiro de 2018. Essa alta significa que o aumento dos preços foi mais intenso no último mês. Comparado a janeiro de 2017 (0,38%), o índice é menor. Já no acumulado dos últimos doze meses, a inflação acumula 3,71%.

O custo nacional da construção civil, por metro quadrado, teve média de R\$ 1.069,61 – dos quais R\$ 547,70 são relativos a materiais de construção e R\$ 521,91, a mão de obra. A pesquisa também mostra que a inflação foi mais intensa para materiais de construção (0,50%, subindo 0,36%) no mês passado; e menos para a mão de obra (0,04%, com queda de 0,18%). No entanto, no acumulado de doze meses, houve variação de 2,98% e 9,45%, respectivamente.

Considerando a desoneração da folha de pagamento de empresas do setor, nos últimos doze meses, as regiões brasileiras acumulam as seguintes altas: Nordeste (4,21%), Centro-Oeste (4,11%), Sudeste (3,81%), Sul (3,53%) e Norte (1,67%). Em janeiro de 2018, o índice mensal de preços foi maior no Sudeste (0,46%); enquanto no Centro-Oeste caiu 0,13%.

(Com informações da Agência Brasil)



Prevenção de acidentes do trabalho é alvo de campanha conjunta da CBIC com Ministério do Trabalho, Sinduscon-CE e

Sesi Nacional



A Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes na Indústria da Construção (CANPAT Construção 2017/2018) será apresentada no próximo dia 22 de fevereiro aos empresários e trabalhadores do setor da construção do Ceará, por ocasião do Seminário Regional – Edificar o Trabalho. O evento marca o início de um novo ciclo na prevenção de acidentes de trabalho no Estado, para induzir ainda maior redução na incidência de acidentes na indústria da construção e tornar o ambiente de trabalho cada vez mais produtivo e seguro.

De iniciativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da sua Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), em conjunto com o Sinduscon-CE, o Ministério do Trabalho, por sua Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), e o Sesi Nacional, o seminário será realizado das 8h30 às 16h, no auditório Luiz Esteves Neto, na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec).

Dividido em dois painéis, o primeiro, na parte da manhã, terá como foco a CANPAT Construção 2017/2018, com a participação de representantes da CBIC, do Sesi Nacional e do Seconci Brasil, para apresentar as ações desenvolvidas por cada uma das entidades relacionadas ao tema segurança e saúde no trabalho. Haverá também uma palestra técnica realizada por representante do Ministério do Trabalho.

O segundo painel, na parte da tarde, abordará as Relações do Trabalho, com palestras sobre a Reforma Trabalhista, com foco em suas atualizações, e o eSocial, nas expectativas da sua implementação. Participe! Para se inscrever, [clique aqui](#).

As próximas CANPATs Construção serão realizadas em Goiânia (GO), Vitória (ES) e Porto Alegre (RS).



Instrução Normativa do Ministério das Cidades redistribui recursos de financiamentos



O Ministério das Cidades publicou, no Diário Oficial da União da última terça-feira (6), a Instrução Normativa nº 1, de 5 de fevereiro de 2018, que trata da alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a área de habitação popular neste ano. A nova Instrução altera a redação da Instrução Normativa nº 47, de 22 de dezembro de 2017, redistribuindo os recursos destinados à concessão de descontos nos financiamentos a pessoas físicas.

Agora serão R\$ 5,5 bilhões alocados para financiamentos – em áreas urbanas ou rurais, destinados à construção ou aquisição de unidades habitacionais novas – enquadrados nos limites operacionais definidos pelo art. 20, inciso I, e pelo art. 30, inciso I, ambos da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS. Já para os financiamentos enquadrados nos limites definidos pelo art. 20, inciso II, e pelo art. 30, inciso II, serão alocados R\$ 3 bilhões. Por fim, o Ministério incluiu a alocação de R\$ 500 milhões para financiamentos exclusivamente em áreas urbanas, destinados à aquisição de unidades habitacionais usadas ou à produção de lotes urbanizados.

O novo texto, em vigor desde sua publicação, mantém a determinação de destinar, no máximo, R\$ 30 bilhões para a concessão de financiamentos, a pessoas físicas e jurídicas, beneficiando famílias com renda mensal bruta limitada a R\$ 4 mil. Para visualizar a medida, **acesse aqui**.



Share



Tweet



Forward

São Paulo terá banco para doação de materiais de construção à população vulnerável



A Prefeitura de São Paulo autorizou a criação do Banco Municipal de Materiais da Construção, o qual armazenará sobras e resíduos de matérias-primas da construção civil para posterior redistribuição a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O Banco reunirá resíduos sólidos que possam ser utilizados em obras tanto a partir de sobras de materiais adquiridos pelo município, quanto de doações de terceiros (empresas, entidades não governamentais e comunidade em geral). Essas matérias-primas serão repassadas, preferencialmente, para a população vulnerável nos seguintes casos: construção, reforma ou recuperação de moradia própria a fim de implementar o nível de habitabilidade; ou recuperação de moradia em virtude de emergência e/ou calamidade – incêndios, desabamentos, alagamentos, deslizamentos, vendavais e eventuais fenômenos que causem danos à habitação.

A iniciativa foi promulgada na última terça-feira (6) com a Lei 16.824, de projeto do vereador Mario Covas Neto (PSDB). Ela agora será regulamentada pela Prefeitura em até 120 dias, com a definição dos requisitos para os interessados.

(Com informações do SindusCon-SP)



Share



Tweet



Forward



AGENDA



27 de fevereiro

Seminário Ética & Compliance para uma Gestão Eficaz

Horário: 17h às 21h

Local: Joinville/SC



YouTube



Email



Website



Twitter



Facebook



Flickr



SoundCloud

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR TODAS AS EDIÇÕES DO CBIC HOJE

CBIC

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção | SBN - Quadra 01 - Bloco I - Edifício Armando Monteiro Neto - 4º Andar - CEP 70.040-913 - Brasília/DF | Tel.:(61) 3327-1013

[unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)

[Inscreva-se aqui para receber nossos informativos](#)